



COMISSÃO DE TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

ATA NÚMERO 190/XIII/ 4.ª SL

Aos 23 dias do mês de janeiro de 2019, pelas 10:00 horas, reuniu a Comissão de Trabalho e Segurança Social, na sala 4 do Palácio de S. Bento, na presença das Senhoras e dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

I Parte - 10h00

Audição do Conselho de Administração da RTP (Dr. Gonçalo Reis - Presidente, Eng.ª Ana Dias - Administradora e Eng.º Hugo Figueiredo - Administrador), na sequência de requerimento apresentado pelo GP do BE relativo à integração de trabalhadores precários da RTP.

II Parte - 11h00

1. **Apreciação e votação de atas;**

2. **Distribuição das seguintes iniciativas legislativas:**

- **Projeto de Lei n.º 1069/XIII/4.ª (BE) - «Estabelece o regime jurídico aplicável à avaliação de impacto dos atos normativos na produção, manutenção, agravamento ou na diminuição e erradicação da pobreza»;**
Deputado autor do Parecer: Grupo Parlamentar do PS;
- **Projeto de Lei n.º 1073/XIII/4.ª (PAN) - «Regulamenta a profissão de Técnico Auxiliar de Saúde»;**
Deputado autor do Parecer: Grupo Parlamentar do PSD;
- **Proposta de Lei n.º 176/XIII/4.ª (GOV) - «Altera o Código de Processo do Trabalho, adequando-o ao Código de Processo Civil»;**
Deputado autor do Parecer: Grupo Parlamentar do PS;

3. **Discussão e votação na especialidade do Projeto de Lei n.º 830/XIII/3.ª (PSD, PS, BE, CDS-PP, PCP, PEV, PAN) - «Regime jurídico do mecanismo nacional de monitorização da implementação da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, e das propostas de alteração apresentadas»;**

4. **Discussão e votação na especialidade das seguintes iniciativas:- Projeto de Resolução n.º 713/XIII/2.ª (PS) - «Recomenda ao Governo a adoção de medidas que promovam a transparência das remunerações com vista à eliminação das desigualdades salariais entre homens e mulheres»;- Projeto de Resolução n.º 1177/XIII/3.ª (PAN) - «Recomenda ao Governo a adoção de medidas de promoção da igualdade remuneratória entre homens e mulheres por trabalho igual ou de igual valor»;**

5. **Fixação da redação final relativa aos Projetos de Lei n.ºs 77/XIII/1.ª (PCP), 324/XIII/2.ª (BE), 518/XIII/2.ª (PSD e CDS-PP) e 519/XIII/2.ª (PEV) - «Estabelece o regime referente à profissão de bailarino clássico ou contemporâneo».**

6. **Fixação da redação final do Projeto de Resolução n.º 1850/XIII/4.ª (CDS-PP) - «Recomenda ao Governo que tome medidas para alterar a política de proteção das crianças e jovens em risco relançando o acolhimento familiar como medida privilegiada entre as medidas de colocação»;**



COMISSÃO DE TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

ATA NÚMERO 190/XIII/ 4.ª SL

7. **Apreciação e votação do requerimento apresentado pelo GP do PSD para audição com urgência da Direção da CNIS - Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade e do Presidente do Instituto da Segurança Social;**

8. **Outros assuntos.**

I Parte - 10h00

Audição do Conselho de Administração da RTP (Dr. Gonçalo Reis - Presidente, Eng.ª Ana Dias - Administradora e Eng.º Hugo Figueiredo - Administrador), na sequência de requerimento apresentado pelo GP do BE relativo à integração de trabalhadores precários da RTP.

O Senhor Presidente da Comissão de Trabalho e Segurança Social (CTSS), Deputado Feliciano Barreiras Duarte (PSD), começou por cumprimentar e dar as boas-vindas aos membros do Conselho de Administração da RTP (Dr. Gonçalo Reis - Presidente, Eng.ª Ana Dias - Administradora e Eng.º Hugo Figueiredo - Administrador), enquadrando a audição no âmbito do [requerimento apresentado pelo GP BE](#) relativo à integração de trabalhadores precários da RTP, descreveu a metodologia adotada para aquela audição e concedeu a palavra ao Senhor Deputado José Moura Soeiro (BE) para a apresentação do referido requerimento.

De seguida, usou da palavra o Dr. Gonçalo Reis, Presidente do Conselho de Administração da RTP, em resposta ao Senhor Deputado requerente.

Na ronda única de intervenções usaram da palavra os Senhores e as Senhoras Deputadas Clara Marques Mendes (PSD), Sofia Araújo (PS), José Moura Soeiro (BE), António Carlos Monteiro (CDS-PP) e Diana Ferreira (PCP), tendo a final intervindo novamente o Presidente do Conselho de Administração da RTP, Dr. Gonçalo Reis.

A [audição](#) foi gravada em suporte [vídeo](#) e [áudio](#), constituindo parte integrante desta ata, pelo que se dispensa o seu desenvolvimento aprofundado nesta sede.

II Parte - 11h00

1. **Apreciação e votação de atas;**



COMISSÃO DE TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

ATA NÚMERO 190/XIII/ 4.ª SL

Submetidas a votação as atas n.º 185, de 12 de dezembro de 2018, e 186, de 19 de dezembro, foram aprovadas por unanimidade.

2. Distribuição das seguintes iniciativas legislativas:

- **Projeto de Lei n.º 1069/XIII/4.ª (BE) - «Estabelece o regime jurídico aplicável à avaliação de impacto dos atos normativos na produção, manutenção, agravamento ou na diminuição e erradicação da pobreza»;**
Deputado autor do Parecer: Grupo Parlamentar do PS;

O Grupo Parlamentar do PS (GP do PS) indicou a Deputada Catarina Marcelino para a elaboração do parecer.

- **Projeto de Lei n.º 1073/XIII/4.ª (PAN) - «Regulamenta a profissão de Técnico Auxiliar de Saúde»;**
Deputado autor do Parecer: Grupo Parlamentar do PSD;

O Grupo Parlamentar do PSD (GP do PSD) indicou para o efeito a Deputada Joana Barata Lopes.

- **Proposta de Lei n.º 176/XIII/4.ª (GOV) - «Altera o Código de Processo do Trabalho, adequando-o ao Código de Processo Civil»;**
Deputado autor do Parecer: Grupo Parlamentar do PS;

O Grupo Parlamentar do PS (GP do PS) indicou como autor do parecer o Deputado Ricardo Bexiga.

3. Discussão e votação na especialidade do Projeto de Lei n.º 830/XIII/3.ª (PSD, PS, BE, CDS-PP, PCP, PEV, PAN) - «Regime jurídico do mecanismo nacional de monitorização da implementação da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, e das propostas de alteração apresentadas»;

O Senhor Deputado José Moura Soeiro (BE) solicitou o adiamento deste terceiro ponto da ordem de trabalhos, dando conta de uma reunião na véspera com os Grupos Parlamentares do PSD, do PS e do CDS-PP com vista à obtenção de uma solução comum. O Senhor Presidente recordou que a reunião da semana seguinte seria dedicada à audição regimental do Ministro do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social (MTSSS), entretanto reagendada, sugerindo então o Senhor Deputado José Moura Soeiro (BE) que a discussão e votação fosse incluída como ponto prévio e autónomo da próxima reunião, o que mereceu a concordância dos demais grupos parlamentares.



COMISSÃO DE TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

ATA NÚMERO 190/XIII/ 4.ª SL

4. Discussão e votação na especialidade das seguintes iniciativas:- Projeto de Resolução n.º 713/XIII/2.ª (PS) - «Recomenda ao Governo a adoção de medidas que promovam a transparência das remunerações com vista à eliminação das desigualdades salariais entre homens e mulheres»;- Projeto de Resolução n.º 1177/XIII/3.ª (PAN) - «Recomenda ao Governo a adoção de medidas de promoção da igualdade remuneratória entre homens e mulheres por trabalho igual ou de igual valor»;

A Senhora Deputada Clara Marques Mendes (PSD) comunicou a intenção do seu grupo parlamentar solicitar o adiamento deste ponto, já que consideravam que alguns aspetos mereciam uma análise e uma ponderação mais aprofundada. Atendendo a que a próxima reunião coincidia com a audição regimental do Senhor Ministro do Trabalho, tal como anteriormente comentado, foi acertado agendar este ponto para a reunião da semana posterior a essa.

5. Fixação da redação final relativa aos Projetos de Lei n.ºs 77/XIII/1.ª (PCP), 324/XIII/2.ª (BE), 518/XIII/2.ª (PSD e CDS-PP) e 519/XIII/2.ª (PEV) - «Estabelece o regime referente à profissão de bailarino clássico ou contemporâneo».

A Senhora Deputada Joana Barata Lopes (PSD) defendeu que a redação proposta para o artigo 15.º não fazia sentido, ainda menos sem a referência ao Governo, defendendo o Senhor Deputado António Carlos Monteiro (CDS-PP) que deveria ser o GP do PS, na qualidade de proponente da norma aqui em causa, a esclarecer o respetivo fundamento. Já a Senhora Deputada Rita Rato (PCP), depois de ter informado que se encontrava em condições de proceder à discussão e fixação da redação final, depois do adiamento solicitado na semana anterior, recordou que o Organismo de Produção Artística, Entidade Pública Empresarial (OPART, E.P.E.) não tinha autonomia, respondendo perante o Governo. Por sua vez, a Senhora Deputada Sofia Araújo (PS) esclareceu que o GP do PS apenas descortinara a objeção apresentada pela Senhora Deputada Carla Tavares (PS) na reunião anterior, e que já havia sido contemplada na redação agora apresentada.

Deste modo, a Senhora Deputada Joana Barata Lopes (PSD) advogou a aceitação da redação ora proposta, com a ressalva já identificada, o que mereceu a concordância de todos os grupos parlamentares, tendo porém o Senhor Deputado José Moura Soeiro (BE) realçado a existência de outras questões substantivas, mas que não cabiam no âmbito da redação final.

Foi assim fixada por unanimidade a redação final do projeto de Decreto em apreço nos termos propostos, com exceção do artigo 15.º, que adotou a seguinte redação: «O OPART, E.P.E., realiza um estudo sobre o interesse e a viabilidade do eventual



COMISSÃO DE TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

ATA NÚMERO 190/XIII/ 4.ª SL

alargamento da sua atividade, em resultado da transformação dos Estúdios Victor Córdon num laboratório de experimentação de música e dança.»

6. Fixação da redação final do Projeto de Resolução n.º 1850/XIII/4.ª (CDS-PP) - «Recomenda ao Governo que tome medidas para alterar a política de proteção das crianças e jovens em risco relançando o acolhimento familiar como medida privilegiada entre as medidas de colocação»;

A redação final da iniciativa em epígrafe foi fixada por unanimidade, nos termos propostos.

7. Apreciação e votação do requerimento apresentado pelo GP do PSD para audição com urgência da Direção da CNIS - Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade e do Presidente do Instituto da Segurança Social;

No âmbito do sétimo ponto da ordem de trabalhos, a Senhora Deputada Clara Marques Mendes (PSD) justificou a apresentação deste requerimento com um manifesto divulgado pelos órgãos sociais da CNIS que revela acusações muito relevantes quer para o Governo quer para o Instituto da Segurança Social, sendo colocadas em causa a autonomia e a gestão destas instituições, e não sendo reconhecido o seu valor na sociedade portuguesa. Assim, o GP do PSD considera da maior relevância a audição destas entidades, com vista ao esclarecimento total destes assuntos.

O Senhor Presidente lembrou que já havia sido aprovado anteriormente nesta Comissão outro requerimento do GP do PSD com vista à audição da CNIS, nesse caso a propósito da apresentação e debate sobre o estudo «Importância Económica e Social das IPSS em Portugal», pelo que a Senhora Deputada Clara Marques Mendes propôs que, uma vez aprovado o presente requerimento, fosse agendada uma audição com dois pontos distintos, sem esquecer que neste segundo requerimento se pedia igualmente a audição do Senhor Presidente do Instituto da Segurança Social.

Submetido a votação, o requerimento foi aprovado por unanimidade.

8. Outros assuntos.

No derradeiro ponto da ordem do dia, foi concedida a palavra à Senhora Deputada Wanda Guimarães (PS), que começou por indicar que, pela CTSS, seria a Senhora Deputada Carla Tavares (PS) a representar o GP do PS na Semana Parlamentar Europeia, que decorreria nos dias 18 e 19 de fevereiro, em Bruxelas. Depois disso,



COMISSÃO DE TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

ATA NÚMERO 190/XIII/ 4.ª SL

lamentou que o relatório da visita de trabalho da Comissão à Região Autónoma da Madeira (RAM) apenas agora tivesse sido concluído e distribuído por todos os membros da Comissão, não deixando ainda de registar a forma desequilibrada do relato das intervenções dos Senhores Deputados da Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira (ALRAM) e da AR, a propósito da reunião conjunta realizada no Parlamento regional, o que no seu entender resultava da leitura da página 7 do relatório.

A Senhora Deputada Rita Rato (PCP) sugeriu então que apenas se fizesse referência ao nome dos Senhores Deputados dos dois Parlamentos que haviam intervindo na sessão conjunta, sem aludir ao conteúdo das respetivas intervenções, o que mereceu a concordância de todos os presentes.

O Senhor Presidente fez ainda referência a uma solicitação da Senhora Deputada Diana Ferreira (PCP) para que, no âmbito dos pedidos de pronúncia escrita a diversas entidades a propósito da discussão e votação na especialidade das iniciativas que visam a alteração do Regime Jurídico do Acolhimento Familiar, se pudessem realizar audições presenciais com o Conselho Superior da Magistratura (CSM) e com o Conselho Superior do Ministério Público (CSMP). Atendendo a que a Senhora Deputada solicitante não se encontrava presente, a Senhora Deputada Rita Rato (PCP) confirmou que os contributos dos dois Conselhos poderiam ser remetidos por escrito.

Por outro lado, o Senhor Presidente deu ainda conta que, em função do reagendamento da audição regimental do Senhor Ministro do Trabalho, a audição das estruturas sindicais da Radio e Televisão de Portugal (RTP) seria adiada para a reunião de quarta-feira, 6 de fevereiro.

A este respeito, o Senhor Deputado José Moura Soeiro (BE) voltou a apelar a todos os grupos parlamentares para que se agendassem de imediato as audições ainda em falta, no seguimento dos requerimentos aprovados na CTSS, sendo secundado nesse repto pela senhora Deputada Rita Rato (PCP), que destacou as audições do Senhor Ministro do Trabalho e da Senhora Inspetora-Geral do Trabalho que ainda aguardavam calendarização.

COMISSÃO DE TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

ATA NÚMERO 190/XIII/ 4.ª SL

Foi então concedida a palavra ao Senhor Deputado Filipe Anacoreta Correia (CDS-PP), que depois de revelar desconhecer o pedido de adiamento, formulado pelo Senhor Deputado João Dias (PCP), da reunião do Grupo de Trabalho – Estatuto do Cuidador Informal (GT – ECI), inicialmente agendada para terça-feira, 12 de fevereiro, sugeriu o adiamento do calendário acordado para este grupo de trabalho, fixando-se agora o dia 12 de fevereiro como data-limite para a apresentação de propostas de alteração, e reagendando-se a reunião subsequente em cerca de 15 (quinze) dias.

O Senhor Deputado José Moura Soeiro (BE) sugeriu então a redução do intervalo de tempo entre o final do prazo para apresentação de propostas de alteração e a primeira reunião, admitindo até que as propostas não seriam todas votadas nesse dia, propondo que a reunião se realizasse logo na semana de 18 a 22 de fevereiro. Assim sendo, foi acertado o dia 21 de fevereiro, quinta-feira, para a realização desta reunião do GT – ECI.

A reunião foi encerrada às 12:10 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 25 de janeiro de 2019.

O PRESIDENTE DA COMISSÃO



Feliciano Barreiras Duarte



COMISSÃO DE TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

ATA NÚMERO 190/XIII/ 4.ª SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

António Carlos Monteiro
Clara Marques Mendes
Feliciano Barreiras Duarte
Filipe Anacoreta Correia
Isabel Pires
Joana Barata Lopes
Joaquim Raposo
José Moura Soeiro
José Rui Cruz
Ricardo Bexiga
Rita Rato
Rui Riso
Sofia Araújo
Susana Lamas
Wanda Guimarães
Diana Ferreira
Jorge Falcato Simões
Maria Conceição Loureiro
Maria da Luz Rosinha
Sandra Pontedeira

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Carla Barros
Carla Tavares
Maria das Mercês Borges
Sandra Pereira
Tiago Barbosa Ribeiro

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Adão Silva
Luís Soares
Pedro Roque